

Presidente

Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy

Paulo Roberto Ferreira Levy

Luiz Fernando Cirne Lima

Roberto de Souza Ayres

GAZETA MERCANTIL

Sábado, 15, e segunda-feira, 17 de dezembro de 1990

DIRETORIA

Presidente Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes

Henrique Alves de Araújo
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

O episódio da aprovação da nova política salarial pelo Congresso, mas que todos sabem que será vetada pelo presidente da República, é exemplificativo do ânimo nacional sob mais de um aspecto.

Ela, ao mesmo tempo que confirma a preocupação social do Congresso, coloca-o na incômoda situação de continuar a ser o protagonista da gastança em uma era de austeridade. E se ele faz isso e garante sobretudo — ainda que na aparência — o apoio da opinião pública é porque a reflete em sua insegurança profunda quanto à manutenção do poder aquisitivo e ao próprio poder do Estado de gerar prosperidade por decreto.

Resta ao governo a incômoda situação de ter de dizer não, sempre. É parte de sua estratégia modernizadora do País desamarrar os mercados, aí incluído o mercado de trabalho; é sua tarefa primordial liderar a luta contra a inflação e o desequilíbrio das contas públicas. Ninguém questiona isso. Mas, para além de qualquer dúvida, o governo caiu na defensiva, vitimado por seu próprio bom-mocismo.

Aparentemente, a grande contradição que está sendo de difícil gerência é o fato de que o Executivo está conduzindo a política certa com

Economia - Brasil

Para sair da defensiva

os sentimentos errados. Em vez de registrar os créditos do que já conseguiu, que não é pouco, fixa-se sobre as resistências que vem encontrando e planta ansiedades ao prometer tratar a sociedade no regime da palmatória.

Se não vejamos: fez uma audaciosa operação de limpeza do déficit público, abriu a política comercial do País, definiu uma nova política industrial, derrubou cartórios, reservas e subsídios com grande determinação. Expôs a economia e a sociedade brasileiras ao impacto das grandes tendências de modernização que varrem o mundo de leste a oeste (ainda que nem sempre de norte a sul).

Ora, tudo isso, obtido em apenas nove meses, já seria suficiente para deixar marcas de um mandato inteiro. Não é pouco nem é pequeno o que se conquistou. E se prestarmos atenção veremos que mesmo as adversidades que estamos enfrentando podem ser — talvez devam ser — vendidas à sociedade como opções que ela, só ela, em última instância, e não o governo, tem que fazer.

Que preço, afinal, estão os brasileiros dispostos a pagar, em termos de inflação, para a manutenção da atividade econômica? Aí a razão de alguma recessão. Quantos funcionários públicos federais, estaduais e municipais quer esta Nação que a sirvam, na medida mesmo em que seus representantes impedem demissões que racionalizariam a despesa e viabilizariam a retomada do investimento público. O que queremos, afinal, para o nosso futuro, deveria ser a pergunta e a proposta a ser lançada à sociedade, megalônica nos momentos de prosperidade e maníaco-depressiva nas horas duras como a atual.

Diante de tantas questões, que dizem respeito, no fundo, a componentes profundas do caráter e da alma nacionais, o governo faria bem se simplesmente parasse de passar recibo. Ele não pode ficar ofendido nem deve intrometer-se quando o populismo reaparece, seja sob qual motivo for. Não adianta dizer que os trabalhadores e empresários se enganam porque não fizeram sua parte como deveriam. O governo — ou

melhor, o Estado — também não a fez, durante muitos e muitos anos, e não cabe mais, diante da gravidade das opções, cairmos em recriminações.

O que é preciso, e nisso o governo tem muito a contribuir, é fazer com que prossiga a ação modernizadora da economia e da sociedade brasileiras com a qual este presidente se comprometeu e onde residem nossas melhores esperanças de redenção do País. Essa ação não pode parar e vai redefinir o que será o Brasil do ano 2000, onde, sim, temos muita chance de dar certo.

Quando se critica o governo, hoje em dia, é no que diz respeito ao potencial de destruição que possui a atual política antiinflacionária. E ela é forte o suficiente para realmente suscitar os temores que também devem ser examinados e, no caso das más consequências, corrigidos. Mas o que um país deste tamanho não comporta nem sua democracia tolera, é a ideia de que este quase-continente possa ficar paralisado e sua gente punida simplesmente porque ainda não se dispôs a sofrer ainda mais. E, se deve sofrer, que se mostre por que vale a pena, ou então teríamos o mais bizarro dos ismos conduzindo nossas políticas e nossas instituições: o masoquismo.